

LIVRO DE RESUMOS

11.º COLÓQUIO MEDIAÇÃO EM DIÁLOGO

*DIÁLOGOS TRANSFORMADORES
NA INVESTIGAÇÃO E NA
INTERVENÇÃO EM MEDIAÇÃO*

28 & 29 MAIO 2024

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Maria Silva, Universidade do Minho, Portugal

Ana Piedade, Instituto Politécnico de Beja, Portugal

Carlo Pilia, Universidade Cagliari, Itália

Cristina Pereira, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Portugal

Fabiana Splender, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Brasil

Francisca Fariña, Universidade de Vigo, Espanha

Francisco Gorjón, Universidade Autónoma Nuevo Leon, México

Isabel Viana, Universidade do Minho, Portugal

Javier Wilhelm, Barcelona School of Management, Espanha

Julio Cabrera Dircio, Universidade Autonoma do Estado de Morelos,
México

Letícia Villaluenga, Universidad Complutense de Madrid, Espanha

Manuel Rosales, Universidade de La Laguna, Espanha

Margarida Morgado, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Portugal

Marta Blanco Carrasco, Universidade Complutense de Madrid,
Espanha

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Maria Costa e Silva

Ana Rita Ribeiro

Isabel Carvalho Viana

Iva Fernandes

Patrícia Guiomar

Sílvia Cunha

PROGRAMA

28 MAIO 2024

09H00 - 09H30 | Receção aos participantes

09H30 - 10H00 | Sessão de abertura

10H00 - 11H00 | M-Talk

Gerir emoções, resolver conflitos: a importância das competências emocionais na mediação

Mónica Nogueira Soares, Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti e Centro de Investigação em Psicologia para o Desenvolvimento, Portugal

11H00 - 12H30 | Painel 1

Investigar para (re)conhecer: sentido(s) e desafios

Ariana Cosme, Inspetora-Geral da Educação e Ciência, Portugal
Francisca Fariña, Titular da Cátedra Unesco Educação Transformadora, Ciência, Comunicação e Sociedade, Universidade de Vigo, Espanha
Julio Cabrera Dircio, Universidade Autónoma do Estado de Morelos, México
Vilma Teles Martelo, Portugal
Vinicius Ramos, Portugal

Moderação: Sílvia Cunha, Bolseira de Investigação, GPE-UMinho / Doutoranda, CECS, UMinho, Portugal

12H30 - 14H30 | Almoço

14H30 - 15H45 | Conferência

Las prácticas restaurativas para la convivencia ciudadana

Javier Wilhelm Wainsztein, Diretor do Mestrado Profissional da UPF-BSM, Espanha

Moderação: Ana Maria Costa e Silva, CECS, Instituto de Educação, UMinho, Portugal

PROGRAMA

15H45 - 16H00 | Pausa

16H00 - 17H30 | Workshop

Liderança e mediação numa sociedade global

Maria João Castelo-Branco, Sócia-gerente da MEDIARMAIS - Formação, Mediação e Coaching, Lda, Portugal

29 MAIO 2024

09H30-11H00 | Paineis 2

Vozes em mediação: do conhecimento à ação

Ângela Lopes, Associação Fórum Mediação, Portugal

Aura Morales, Associação Barró, Responsável da área de Mediação e Intervenção Comunitária, Espanha

Cláudia Weyne, Instituto Zeza Weyne, Fortaleza, Ceará, Brasil

Hamid Ghobrini, Responsável de Projetos Europeus de Formação em Mediação, Serviço de Prevenção do Município de Limoges, França

Laura Magalhães, Consultora na empresa JH Consulting e coordenadora do Departamento de Economia Social, Portugal

Moderação: Patrícia Guiomar, Doutoranda, CECS, UMinho, Portugal

11H00-11H15 | Pausa

11H15-12H30 | Apresentação de posters

O palco da inovação na mediação: projetos de investigação e intervenção

SALA DE ATOS

Os conflitos familiares e o impacto da pandemia na utilização do sistema público de mediação familiar nos anos de 2020 e 2021

Cátia Marques Cebola, Susana Sardinha Monteiro & Cláudia Isabel Soares dos Santos

A mediação como promotora da comunicação não-violenta: contributos para a transformação positiva das relações humanas

Ana Peixoto, Mariana Fernandes, Rúben Pires, Isabel C. Viana & Vera Lima

PROGRAMA

SALA DE ATOS (CONT.)

Papel da mediação no desenvolvimento social, emocional e pessoal de crianças e jovens em contexto de instituições de acolhimento

Adriana Pereira, Alexandra Sá, Ana Filipa Costa, Gabriela Fernandes, Teresa Vilaça & Tânia Mendes

Atitudes e comportamentos dos profissionais das CAR face à mediação sociofamiliar

Laura Magalhães

Moderação: Ana Maria Silva

SALA 0.32

Os gabinetes de mediação na promoção da convivência cidadã nas escolas

Elisabete Pinto da Costa & Vilma Teles Martelo

Animação participada e criativa de recreios em contexto escolar: resultados preliminares do subprojeto de investigação/intervenção pela mediação

Francisca Fernandes, Inês Almeida, Isabel C. Viana, Daniela Flores & Elisabete Costa

Remuneração de Mediadores no Brasil: atividade ou profissão?

Fabiana Marion Spengler & Maini Dornelles

Moderação: Isabel C. Viana

SALA 0.44

Migrar depois dos 60 anos ... entre a aceitação e a desconfiança

Ana Piedade

As potencialidades da mediação comunitária para a inclusão social

Marileide de Sales, Isabel C. Viana & Cecília Adriana Rodrigues Vieira

Superendividamento - Aplicação da mediação nas normas contidas na Lei Nº 14.181/2021

Valéria Bressan Candido

Moderação: Iva Fernandes

12H30-13h00 | Encerramento

ÍNDICE

Os conflitos familiares e o impacto da pandemia na utilização do sistema público de mediação familiar nos anos de 2020 e 2021

Cátia Marques Cebola, Susana Sardinha Monteiro & Cláudia Isabel Soares dos Santos

A mediação como promotora da comunicação não-violenta: contributos para a transformação positiva das relações humanas

Ana Peixoto, Mariana Fernandes, Rúben Pires, Isabel C. Viana & Vera Lima

Papel da mediação no desenvolvimento social, emocional e pessoal de crianças e jovens em contexto de instituições de acolhimento

Adriana Pereira, Alexandra Sá, Ana Filipa Costa, Gabriela Fernandes, Teresa Vilaça & Tânia Mendes

Atitudes e comportamentos dos profissionais das CAR face à mediação sociofamiliar

Laura Magalhães

Os gabinetes de mediação na promoção da convivência cidadã nas escolas

Elisabete Pinto da Costa & Vilma Teles Martelo

Animação participada e criativa de recreios em contexto escolar: resultados preliminares do subprojeto de investigação/intervenção pela mediação

Francisca Fernandes, Inês Almeida, Isabel C. Viana, Daniela Flores & Elisabete Costa

Remuneração de Mediadores no Brasil: atividade ou profissão?

Fabiana Marion Spengler & Maini Dornelles

Migrar depois dos 60 anos ... entre a aceitação e a desconfiança

Ana Piedade

As potencialidades da mediação comunitária para a inclusão social

Marileide de Sales, Isabel C. Viana & Cecília Adriana Rodrigues Vieira

Superendividamento - Aplicação da mediação nas normas contidas na Lei N° 14.181/2021

Valéria Bressan Candido

RESUMOS

OS CONFLITOS FAMILIARES E O IMPACTO DA PANDEMIA NA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR NOS ANOS DE 2020 E 2021

Cátia Marques Cebola, Susana Sardinha Monteiro & Cláudia Isabel Soares dos Santos

Resumo

A “família”, como instituição complexa, envolve um leque de questões pessoais, emocionais, sentimentais, religiosas e jurídicas extremamente particulares, frequentemente geradoras de conflitos entre os seus membros. Em tempos de crise, como os vividos durante a pandemia derivada do COVID-19 em 2020 e 2021, a necessidade de se procurarem formas mais humanas e pacíficas de se resolverem estes conflitos tornou-se premente. É neste contexto que a mediação familiar e o Sistema Público de Mediação Familiar surgem como ferramentas estruturadas e objetivas de promoção do diálogo e de busca de soluções que atendam os interesses de todas as partes. Diante destas particularidades, propomo-nos, através de uma investigação qualitativa baseada numa análise de conteúdo de pesquisa documental e análise de estatísticas, disponibilizadas pela Direção-Geral da Política de Justiça, investigar como os conflitos familiares e o referido sistema de mediação foram impactados e como foi a utilização do mesmo sistema nos anos de 2020 e 2021. Os resultados não revelaram, numa primeira análise, uma estreita ligação entre uma maior utilização do sistema de mediação familiar e o aumento da conflitualidade neste período, mas reforçam a crescente importância da mediação como um meio eficaz na resolução de conflitos familiares, com base nos números relativos à iniciativa na sua utilização e ao aumento de casos terminados em acordo entre as partes. Daqui cria-se a necessidade emergente de investir na sua divulgação como um instrumento valioso para fortalecer os laços familiares e promover a harmonia dentro das famílias.

Palavras-chave

Conflito familiar; Sistema Público de Mediação Familiar; COVID-19

A MEDIAÇÃO COMO PROMOTORA DA COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA: CONTRIBUTOS PARA A TRANSFORMAÇÃO POSITIVA DAS RELAÇÕES HUMANAS

Ana Peixoto, Mariana Fernandes, Rúben Pires, Isabel C. Viana & Vera Lima

Resumo

Desde os primórdios das civilizações humanas que a comunicação interpessoal assume um papel essencial para o nosso desenvolvimento como espécie. A comunicação desenvolve-se em paralelo com a própria história humana, adaptando-se a novas realidades impulsionadas por tecnologia sofisticada que movimenta a sociedade para um novo tipo de identidade, o Cosmopolita. Nunca foi tão importante consciencializarmo-nos do poder e importância que as formas de comunicar têm para a integração e a paz em comunidade, para vivermos juntos. O projeto que aqui apresentamos, perfilado pela mediação e configurado por uma abordagem qualitativa alicerçada em pressupostos de investigação-ação, procura, dentro da missão da Juventude Cruz Vermelha, capacitar e sensibilizar, pela mediação, para a importância de uma comunicação não-violenta orientada para a paz. Perspetivou-se interrelacionar o tema do projeto com outras temáticas prevaletentes em jovens adolescentes (dos 12 aos 15 anos), tal como a identidade e as relações interpessoais. Os diários de bordo, a observação direta e as conversas informais revelaram-se processos fundamentais na monitorização da intervenção e na análise do impacto das sessões de mediação em grupo. Os resultados preliminares destacam os princípios da comunicação não-violenta como uma área de interesse entre os mediados e apresentam também uma excelente base para conectar e motivar os jovens para participarem e interagirem com diversos temas, permitindo que evidenciassem interesse em melhorar as interações que têm com aqueles com quem comunicam e interagem.

Palavras-chave

Comunicação Não-Violenta; Educar para a paz; Relações Humanas Positivas

PAPEL DA MEDIAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EMOCIONAL E PESSOAL DE CRIANÇAS E JOVENS EM CONTEXTO DE INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

Adriana Pereira, Alexandra Sá, Ana Filipa Costa, Gabriela Fernandes, Teresa Vilaça & Tânia Mendes

Resumo

Esta comunicação surgiu na unidade curricular de Dispositivos e Metodologias de Formação e Mediação I e II, da Licenciatura em Educação da Universidade do Minho. Com base nas necessidades identificadas numa instituição de acolhimento temporário, desenvolvemos um projeto com o objetivo de analisar quais os efeitos de atividades ativas centradas nas crianças e jovens no seu desenvolvimento social e pessoal, competências socioemocionais, realização de tarefas domésticas básicas e competências de inserção no mercado de trabalho. Este objetivo levou à utilização da mediação socioeducativa, entendida para além da resolução de conflitos, com o objetivo de propiciar e criar ambientes de convivência saudáveis, prevenção de conflitos e regulação social. A mediação intervém em variados contextos, reconhecendo a vertente social, cultural, civil, laboral, política e familiar, assumindo-se como uma estratégia de ação em problemáticas de inclusão e uma estratégia formadora e preventiva, sobretudo nos contextos educativos.

Participaram neste projeto 12 crianças entre os 12 e os 19 anos. A estratégia de ação focou-se em quatro eixos: competências pessoais e sociais, competências socioemocionais, realização de tarefas domésticas básicas e inserção no mercado de trabalho. Os dados para a avaliação e reflexão sobre o projeto foram recolhidos através de diários de bordo e de um questionário final anónimo aplicado às crianças participantes. Os resultados das primeiras atividades implementadas mostram motivação, empenho e entreatajuda na maior parte das crianças. Estes resultados iniciais parecem mostrar a grande potencialidade deste projeto para esta instituição e outras semelhantes.

Palavras-chave

Mediação socioeducativa; Convivências saudáveis; Regulação social

ATITUDES E COMPORTAMENTOS DOS PROFISSIONAIS DAS CAR FACE À MEDIAÇÃO SOCIOFAMILIAR

Laura Magalhães

Resumo

O estudo enquadra-se na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, especificamente na medida de promoção e proteção de Acolhimento Residencial. Aqui, nem todas as situações preveem a reunificação, mas sempre que a mesma está contemplada é necessário desencadear um conjunto de processos que a proporcione e consolide. Às famílias e às crianças devem ser asseguradas todas as condições para a manutenção dos laços afetivos e preservação dos processos de vinculação. Aqui, a mediação sociofamiliar tem como princípio orientador a melhoria da comunicação e interação positiva, bem como a participação ativa, o empoderamento e a capacitação das famílias. Este é um estudo das atitudes e comportamentos dos profissionais das equipas técnicas das CAR, face à mediação, no relacionamento com as famílias, inserido numa investigação mais abrangente. Através de uma amostragem não probabilística, 45 profissionais, de 12 CAR do norte de Portugal, preencheram duas escalas construídas ad hoc: Escala de Atitudes dos Profissionais face à Mediação (EAPM) e a Escala dos Comportamentos dos Profissionais no Processo de Mediação (ECPPM). Através do estudo psicométrico, na escala EAPM, verificamos que os profissionais apresentam atitudes favoráveis à mediação em 19 dos 32 itens que a constituem. Por outro lado, na escala ECPPM verificamos que os profissionais apresentam comportamentos favoráveis em 13 dos 25 itens. Assim, na perspetiva da prevenção e promoção dos direitos e de capacitação das famílias, a mediação sociofamiliar pode ser um recurso a utilizar como abordagem ao trabalho com as famílias, uma vez que observamos atitudes e comportamentos favoráveis ao uso da mesma, por parte dos profissionais. Contudo, apesar de haver uma tendência positiva, há necessidade de os mesmos serem capacitados para o efeito.

Palavras-chave

Mediação sociofamiliar; Acolhimento residencial; Profissionais

OS GABINETES DE MEDIAÇÃO NA PROMOÇÃO DA CONVIVÊNCIA CIDADÃ NAS ESCOLAS

Elisabete Pinto da Costa & Vilma Teles Martelo

Resumo

Para melhor diagnosticar e intervir na resolução de problemas relacionais e sociais tem-se vindo a desenvolver projetos de mediação escolar. Neste contexto, os gabinetes de mediação constituem um espaço de (auto)reflexão, (auto)conhecimento e (auto)responsabilização, tendo como missão contribuir para o bem-estar na escola. Assim, este estudo apresenta como objetivo geral: compreender o funcionamento de gabinetes de mediação escolar, e como objetivos específicos: (i) analisar os processos de mediação formal, (ii) identificar as situações de conflito atendidas, (iii) avaliar os resultados das mediações, (iv) perceber as dinâmicas de funcionamento destas estruturas. Metodologicamente, para o estudo, de natureza qualitativa, recorre-se ao estudo de caso e à análise documental de relatórios de atividades de gabinetes de duas escolas (E1 e E2) do norte de Portugal, no período entre novembro de 2021 e junho de 2023. Como resultado da pesquisa, constatou-se que em relação aos processos de mediação formal realizaram-se 8, num total de 16 sessões, envolvendo 117 alunos na E1 e 10 processos, com 23 sessões, com 134 alunos na E2. Em ambas as escolas, os tipos de conflitos mais frequentes na mediação foram agressões físicas; quem mais solicitou ou encaminhou os casos para a mediação foram os diretores de turma e 98% dos processos terminaram com acordos cumpridos. A avaliação global feita pelos intervenientes apontou que a ação do mediador foi positiva e que a mediação contribuiu para a melhoria da relação entre pares.

Palavras-chave

Projetos de mediação escolar; Escola; Convivência cidadã

ANIMAÇÃO PARTICIPADA E CRIATIVA DE RECREIOS EM CONTEXTO ESCOLAR: RESULTADOS PRELIMINARES DO SUBPROJETO DE INVESTIGAÇÃO/INTERVENÇÃO PELA MEDIAÇÃO

Francisca Fernandes, Inês Almeida, Isabel C. Viana, Daniela Flores & Elisabete Costa

Resumo

O subprojeto, inserido no âmbito da unidade curricular Dispositivos e Metodologias de Formação e Mediação, do 3º ano da Licenciatura em Educação da UMinho, está a ser realizado em contexto escolar, a partir de um projeto aí existente. Destaca a convivência e a mediação como essenciais à promoção de uma educação de qualidade. No contexto escolar, em ambiente de recreio, observou-se um aumento de conflitos entre os alunos, incluindo agressões verbais e físicas. Para responder a este estado de situação, este subprojeto procurou fomentar, nos recreios da escola, de forma participada e criativa, a comunicação não-violenta e a prevenção de conflitos com recurso a atividades lúdicas. Estas atividades propõem uma forma dinâmica de lidar com conflitos, construindo conexões positivas entre os pares. Trata-se de um subprojeto alicerçado em pressupostos de investigação-ação. Os participantes são todos os alunos entre os 10 e os 16 anos de idade. A recolha de dados foi realizada através das conversas informais, diários de bordo e uma avaliação final. Os principais resultados preliminares evidenciam que as crianças começaram por estranhar a dinamização do recreio, mas, ao longo das atividades, foi aumentando o número de alunos que se envolveram e participaram de forma ativa. Com base neste entendimento, inferimos que esta intervenção evidencia a importância da dinamização intencional dos recreios como um espaço educativo de convivência positiva, promovido eficazmente pela mediação.

Palavras-chave

Mediação; Comunicação não-violenta; Animação de recreios

REMUNERAÇÃO DE MEDIADORES NO BRASIL: ATIVIDADE OU PROFISSÃO?

Fabiana Marion Spengler & Maini Dornelles

Resumo

A mediação é uma prática de resolução de conflitos na qual um terceiro imparcial utiliza técnicas que auxiliem as partes envolvidas em uma contenda a dialogar, ou seja, os conflitantes estão a frente do tratamento do litígio. O mediador exerce a arte de estar no meio, utilizando técnicas que auxiliem as partes a desenvolver o diálogo. No presente artigo, pretende-se responder à seguinte problemática de pesquisa: a remuneração dos mediadores no Brasil é adequada para a função desempenhada por estes profissionais? Para responder à problemática proposta será utilizado como método de abordagem dedutivo, partindo de uma análise geral para se chegar a uma específica, sendo primeiramente apresentando o que é a mediação e quem é o mediador para, posteriormente, abordar o tema da remuneração do mediador no Brasil. Como técnica de pesquisa será utilizada a bibliográfica, que embasa a pesquisa em livros e artigos científicos sobre o tema. O trabalho será subdividido em três tópicos, onde será feita uma análise acerca da Lei de Mediação no Brasil no primeiro ponto, em seguida será analisado quem exerce a função de mediador e por fim um estudo sobre a remuneração que este profissional recebe. Ao final será respondido que em que pese existam leis e resoluções regulamentando a remuneração do mediador, defende-se que esta não é adequada à função desenvolvida pelos profissionais, cabendo ao Conselho Nacional de Justiça rever o tema e aplicar remuneração adequada e justa aos profissionais que laboram como mediadores.

Palavras-chave

Mediação; Mediador; Remuneração

MIGRAR DEPOIS DOS 60 ANOS ... ENTRE A ACEITAÇÃO E A DESCONFIANÇA

Ana Piedade

Resumo

Portugal continental tem vindo, nos últimos anos, a atrair um considerável número de migrantes estrangeiros que procuram o território para passar os anos de reforma. Fazem-no por várias razões já sobejamente identificadas: pelo clima, sossego, benefícios fiscais e baixo custo de vida relativamente aos seus países. Em alguns casos, contudo, Portugal oferece condições para que tenham uma atividade “de sonho”, permitindo que se conjugue prazer e a ideia de envelhecimento ativo. Mas nem sempre esta reinstalação de pessoas com culturas diferentes, são bem aceites pelas populações de acolhimento, pelo que a existência de equipas de mediação, são de extrema importância e necessidade.

Pretende-se identificar os países de origem destes estrangeiros idosos (de 3^a e 4^a idade), por onde andam em território português e o que têm feito, como têm tido intervenção nas comunidades de acolhimento e de que forma, sobretudo em locais isolados, promovem a multiculturalidade, o desenvolvimento local e ajudam a combater a anomia social. Mas também se pretende identificar e apresentar situações em que esta integração não é isenta de conflitos ou nem sequer é feita e, portanto, discutir a pertinência e vantagens que equipas de mediação podem trazer para territórios, sobretudo envelhecidos e deprimidos do ponto de vista populacional.

A investigação em curso é ancorada em trabalho de campo, com recurso a entrevistas, recolha de narrativas de vida e observação participante. Recorre-se igualmente, à pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave

Migração; Idosos; Mediação intercultural

AS POTENCIALIDADES DA MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA A INCLUSÃO SOCIAL

Marileide de Sales, Isabel C. Viana & Cecília Adriana Rodrigues Vieira

Resumo

A comunicação, como um processo social fundamental, enfrenta diversos desafios na sociedade contemporânea, demandando uma atenção especial. Nesse cenário, destaca-se o papel transversal da mediação, que vai além da resolução de conflitos, assumindo uma abordagem pedagógica. Este trabalho integra um projeto de estágio na área da Mediação Educacional, configurado por pressupostos de investigação-ação participativa, desenvolvido no contexto do Centro de Acolhimento de Emergência Social – CAES 2.0. Através da ação-reflexão-ação, procurou-se compreender a dinâmica cotidiana e as experiências das pessoas envolvidas no contexto. A proposta central envolve a mediação comunitária na modalidade transformadora, visando o reconhecimento dos significados produzidos coletivamente pelos indivíduos, respeitando suas singularidades e diversidades culturais. Foram criadas oficinas para desenvolver dinâmicas de grupo junto das pessoas acolhidas pela referida instituição. Os objetivos nucleares situaram-se em promover autoconhecimento, autoconfiança e fortalecer os mecanismos de diálogo e autonomia. A teoria foi articulada com a prática e a monitorização do processo sustentou-se, essencialmente, em diários de bordo. Foram usadas técnicas de autoavaliação e conversas informais junto aos participantes. Preliminarmente, observou-se a necessidade de estabelecer pontes positivas para a comunicação, tais como, a prática de escuta ativa, empatia e valorização da coletividade. Além disso, identificou-se a importância de um trabalho multidisciplinar contínuo e dinâmico. Foi constatado que a prática sistematizada de mediação é mais um processo potente significativo para uma convivência harmoniosa e inclusiva em comunidade.

Palavras-chave

Mediação comunitária; Comunicação; Inclusão social

SUPERENDIVIDAMENTO – APLICAÇÃO DA CONCILIAÇÃO NAS NORMAS CONTIDAS NA LEI Nº 14.181/2021

Valéria Bressan Candido

Resumo

Com a pandemia de Covid19 experimentada pela humanidade, que teve início no ano de 2020, e as restrições por ela trazida, que ocasionaram graves reflexos à economia, não só nacional, mas também, mundial, as pessoas se depararam com a perda de suas colocações no mercado de trabalho, o que somado às altas taxas de juros praticadas pelas operadoras de créditos e bancos, acarretou o endividamento descontrolado de alguns cidadãos. No Brasil a edição da Lei Federal n. 14.181/2021, conhecida como Lei do Superendividamento, que fez alterações e acrescentou capítulos ao Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90, de 11 de setembro de 1990), veio em socorro daquelas pessoas que sofreram as consequências económicas e contraíram dívidas de grande monta, a ponto de não mais conseguirem pagar despesas básicas para sua sobrevivência e de sua família. Apropriando-se do comando legal, os tribunais brasileiros, através dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, começaram a promover iniciativas que facilitam o acesso dos endividados a uma forma consensual de resolução do problema, introduzindo a mediação e conciliação, somadas à atuação judicial na aplicação da nova norma. Assim, o objetivo deste estudo é analisar a prática da conciliação na aplicação da nova norma, que não só tenta encontrar um caminho para a solução da situação que chama de Superendividamento, mas também, por ter um caráter pedagógico visando à educação financeira dos consumidores, para evitar que sejam contraídas novas dívidas que os coloquem em uma situação de insolvência, além de ponderar o porquê não se aplica a mediação a estes casos, no sistema adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Palavras-chave

Mediação; Superendividamento; Conciliação; Educação financeira



ORGANIZAÇÃO

